

Entidade vê abuso

A indefinição do percentual de reajuste salarial dos professores está levando escolas de Brasília a cobrar preços abusivos das mensalidades, afirmou ontem o vice-presidente da Federação Nacional das Associações de Pais de Alunos (Fenapa), Omar Abudd.

O secretário-geral adjunto do Ministério da Educação, Hélio Mattos, admitiu que as escolas não podem aplicar a fórmula estabelecida no decreto 95.921 para o cálculo das mensalidades sem o percentual do reajuste. Hélio Mattos aconselhou aos pais insatisfeitos que recorram ao Conselho Estadual de Educação, e em última instância, ao Conselho Federal de Educação (CFE).

A falta de um percentual de reajuste para os professores não ocorre só no Distrito Federal, lembrou Mattos. Segundo o secretário, em alguns Estados onde o aumento não foi aprovado, as escolas estão usando um índice provisó-

rio de 96 por cento para poder aplicar a fórmula idealizada pelo Ministério da Fazenda. Em Brasília a saída encontrada por diversas escolas foi aumentar os preços em demasia, constatou a Fenapa.

A Federação acha que os donos de escolas podem estar retardando propositalmente a assinatura do acordo salarial com os professores, que inicialmente estipulou um reajuste de 96,42 por cento. Mesmo assim a Fenapa admite que as escolas não têm como calcular os preços com base na fórmula divulgada pela cartilha de orientação aos pais, elaborada pelo Ministério da Educação.

De acordo com Hélio Mattos, a demanda pelas 70 mil cartilhas publicadas pelo MEC tem sido grande em todos os Estados. Até agora o Ministério não recebeu reclamações do conteúdo da cartilha que, segundo o secretário-geral adjunto, "procura explicar de uma maneira fácil uma coisa difícil".